



**CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL PARA AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE  
IMPLEMENTAÇÃO DE SOLUÇÃO DE SEGURANÇA PARA ENDPOINT**

**PROGRAMA DO PROCEDIMENTO**

---

**- 2025 -**



## ÍNDICE

Cláusula 1.ª - Identificação e objeto do procedimento.....	3
Cláusula 2.ª - Entidade adjudicante.....	3
Cláusula 3.ª - Órgão que tomou a decisão de contratar e da escolha do procedimento .....	3
Cláusula 4.ª - Consulta e disponibilização das peças do procedimento.....	3
Cláusula 5.ª - Esclarecimentos, retificações e alterações das peças do procedimento .....	4
Cláusula 6.ª - Prorrogação do prazo fixado para a apresentação de propostas.....	5
Cláusula 7.ª - Concorrentes.....	5
Cláusula 8.ª - Agrupamentos.....	5
Cláusula 9.ª - Proposta e documentos .....	6
Cláusula 10.ª - Propostas variantes .....	8
Cláusula 11.ª - Modo de apresentação da proposta.....	8
Cláusula 12.ª - Prazo para apresentação de propostas .....	8
Cláusula 13.ª - Abertura de propostas.....	9
Cláusula 14.ª - Prazo da obrigação de manutenção da proposta.....	9
Cláusula 15.ª - Leilão eletrónico e negociação das propostas apresentadas.....	9
Cláusula 16.ª - Critério de adjudicação .....	9
Cláusula 17.ª - Preço anormalmente baixo .....	9
Cláusula 18.ª - Esclarecimentos e suprimientos das propostas .....	10
Cláusula 19.ª - Análise e avaliação das propostas, relatório preliminar, audiência prévia e relatório final .....	10
Cláusula 20.ª - Adjudicação.....	11
Cláusula 21.ª - Documentos de habilitação e modo de apresentação .....	11
Cláusula 22.ª - Caução.....	12
Cláusula 23.ª - Minuta e outorga do contrato .....	13
Cláusula 24.ª - Despesas e encargos .....	13
Cláusula 25.ª - Informação sobre proteção de dados pessoais.....	13
Cláusula 26.ª - Impugnações administrativas.....	14
Cláusula 27.ª - Notificações e comunicações.....	14
Cláusula 28.ª - Prevalência .....	14
Cláusula 29.ª - Possibilidade de ajuste direto.....	14
Cláusula 30.ª - Legislação aplicável .....	14
ANEXO I - Modelo de declaração artigo 57.º, n.º 1, al. a) do CCP .....	15
ANEXO II - Minuta da Proposta .....	16
ANEXO III - Modelo de declaração artigo 81.º, n.º 1, al. a) do CCP .....	17
ANEXO IV - Modelos de Prestação da Caução.....	18
- Modelo de Guia de Depósito Bancário .....	18
- Modelo de Garantia Bancária .....	18
- Modelo de Seguro-Caução à primeira solicitação.....	19

## PROGRAMA DO PROCEDIMENTO

### Cláusula 1.<sup>a</sup>

#### Identificação e objeto do procedimento

1. O presente procedimento de concurso público internacional, nos termos do preceituado na alínea c) do n.º 1 e na alínea e) do n.º 2, ambos do artigo 16.º, conjugado com a alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º, todos do Código dos Contratos Públicos (doravante CCP), na sua redação atual, tem por objeto a **Aquisição de Serviços de Implementação de Solução de Segurança para Endpoint**, cujas especificidades e características técnicas se encontram melhor definidas no caderno de encargos, visando a implementação de uma solução de segurança para postos de trabalho e servidores (*Endpoint*), através de sistema de *Security Operations Center* (SOC), que inclui serviços de monitorização, análise e resposta a incidentes de segurança, antivírus de nova geração com recurso a inteligência artificial/*machine learning* e análise comportamental, e ainda o serviço gerido de deteção e resposta *threat hunting* 24/7.
2. A entidade adjudicante, ao abrigo da alínea b) do n.º 2 do artigo 46.º-A do CCP, opta pela não contratação por lotes, por considerar, que imperativos técnicos e funcionais, a gestão de um único contrato se revela mais eficiente para a entidade adjudicante, enquanto responsável pela gestão integrada do “*data center*” regional e da interconexão com os utilizadores que dele usufruem, quer ao nível de servidores e redes, quer de dispositivos *endpoint*.
3. Os serviços objeto do presente concurso são classificados com o código **72910000-2 Serviços informáticos de segurança**, de acordo com a nomenclatura de referência dada pelo Vocabulário Comum para os Contratos Públicos (CPV), indicados no anexo I ao Regulamento (CE) n.º 213/2008 da Comissão, de 28 de novembro de 2007.

### Cláusula 2.<sup>a</sup>

#### Entidade adjudicante

A entidade adjudicante é a Associação de Municípios do Vale do Sousa (doravante VALSOUSA), pessoa coletiva n.º 502599189, com sede na Praça D. António Meireles, n.º 45, 4620-130 Lousada, com o número de telefone +351 255 810 700, e com o endereço eletrónico [valsousa@valsousa.pt](mailto:valsousa@valsousa.pt), sendo o seu horário de funcionamento, todos os dias úteis, das 9:00 às 12:30 horas e das 14:00 às 17:30 horas.

### Cláusula 3.<sup>a</sup>

#### Órgão que tomou a decisão de contratar e da escolha do procedimento

1. A decisão de contratar foi tomada por deliberação do Conselho Diretivo da VALSOUSA, de 28 de abril de 2025, nos termos do n.º 1 do artigo 36.º e do artigo 38.º, ambos do CCP, e da alínea b) do n.º 1 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, mantido em vigor por força da alínea f) do n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro.
2. A repartição dos encargos orçamentais plurianuais, emergentes da execução do contrato, foi autorizada por deliberação da Assembleia Intermunicipal da VALSOUSA, de 23 de dezembro de 2024, nos termos e em conformidade com o n.º 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99.

### Cláusula 4.<sup>a</sup>

#### Consulta e disponibilização das peças do procedimento

1. As peças do procedimento do concurso público são o anúncio, o presente programa de concurso e os seus anexos, bem como o caderno de encargos e os seus anexos.
2. O presente procedimento é tramitado, integralmente, na plataforma eletrónica de contratação

pública ACINGOV, utilizada pela entidade pública adjudicante, com o endereço <https://www.acingov.pt>, não sendo admissível qualquer tipo de intervenção por outro meio que não pela plataforma eletrónica, exceto se se verificar uma das situações previstas no n.º 5 do artigo 62.º do CCP.

3. As peças do procedimento estão integralmente disponíveis, para consulta e download, na plataforma eletrónica ACINGOV, desde o dia da publicação do anúncio no Diário da República e no Jornal Oficial da União Europeia (JOUE) até ao termo do prazo para apresentação das propostas, de forma livre, completa e gratuita, nos termos do n.º 1 do artigo 133.º do CCP.

4. As peças do procedimento prevalecem sobre as indicações constantes da plataforma eletrónica de contratação, em caso de divergência.

5. Nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 1 e n.º 2 do artigo 32.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, a entidade adjudicante e a empresa gestora da plataforma ACINGOV apenas respondem pelos impedimentos de ordem técnica no acesso à plataforma eletrónica que lhes sejam imputáveis, ao sistema em que a plataforma opera ou à própria plataforma. Sempre que ocorram problemas técnicos na rede pública ou na plataforma eletrónica que impossibilitem ou tornem excessivamente demorada a prática de qualquer ato que, nos termos do CCP, deva ser praticado na plataforma eletrónica, a entidade adjudicante, por iniciativa própria ou a solicitação dos concorrentes, deve tomar todas as medidas necessárias de forma a que os interessados não sejam prejudicados, podendo, nomeadamente, prorrogar o prazo para a prática desses mesmos atos, o qual aproveita a todos os interessados.

#### **Cláusula 5.ª**

##### **Esclarecimentos, retificações e alterações das peças do procedimento**

1. A prestação dos esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento é da competência do júri do procedimento, por delegação do órgão competente para a decisão de contratar.

2. No primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados podem solicitar, via plataforma eletrónica, os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento e, no mesmo prazo e pela mesma via, devem apresentar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões das peças do procedimento por si detetados, nos termos dos n.ºs 2 a 4 do artigo 50.º do CCP.

3. Consideram-se erros e omissões das peças do procedimento:

- a) Aspetos ou dados que se revelem desconformes com a realidade;
- b) Espécie ou quantidade de prestações estritamente necessárias à integral execução do objeto do contrato a celebrar;
- c) Condições técnicas de execução do objeto do contrato a celebrar que o interessado não considere exequíveis.

4. Até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas:

- a) O júri nomeado para efeitos do presente concurso deve prestar os esclarecimentos solicitados;
- b) O órgão competente para a decisão de contratar pronuncia-se sobre os erros e as omissões identificadas pelos interessados, considerando-se rejeitados todos os que, até final daquele prazo, não sejam por ele expressamente aceites, devendo identificar os termos de suprimento de cada um dos erros ou das omissões aceites.

5. Independentemente do disposto nos números anteriores, o órgão competente para a decisão de contratar pode, oficiosamente, proceder à retificação de erros ou omissões das peças do procedimento, bem como prestar esclarecimentos, no prazo previsto no número anterior ou até final do prazo de entrega das propostas, caso em que deve atender-se ao disposto no artigo 64.º do CCP.

6. Os esclarecimentos, as retificações e as listas com a identificação dos erros e omissões detetados pelos interessados são disponibilizados na plataforma eletrónica e juntos às peças do procedimento, sendo todos os interessados que as tenham obtido imediatamente notificados de tal facto.

7. Os esclarecimentos e as retificações fazem parte integrante das peças do procedimento e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

#### **Cláusula 6.<sup>a</sup>**

##### **Prorrogação do prazo fixado para a apresentação de propostas**

1. Quando as retificações ou os esclarecimentos sejam comunicados para além do prazo estabelecido para o efeito, o prazo fixado para a apresentação das propostas é prorrogado, no mínimo, por período equivalente ao do atraso verificado.
2. Quando as retificações ou a aceitação de erros ou de omissões das peças do procedimento, independentemente do momento da sua comunicação, implicarem alterações de aspetos fundamentais das peças do procedimento, o prazo fixado para a apresentação das propostas é prorrogado, no mínimo, por período equivalente ao tempo decorrido desde o início daquele prazo até à comunicação das retificações ou à publicitação da decisão de aceitação de erros ou de omissões.
3. Para além das situações indicadas nos números anteriores, a pedido fundamentado de qualquer interessado que tenha acedido às peças do procedimento, o prazo fixado para a apresentação das propostas pode ser prorrogado pelo período considerado adequado.
4. As decisões de prorrogação previstas nos números anteriores cabem ao órgão competente para a decisão de contratar, são juntas às peças do procedimento e notificadas a todos os interessados, publicando-se imediatamente aviso daquelas decisões no Diário da República e JOUE e aproveitam a todos os interessados.

#### **Cláusula 7.<sup>a</sup>**

##### **Concorrentes**

1. São concorrentes as pessoas, singulares ou coletivas, isoladas ou em agrupamento, que apresentem uma proposta.
2. Sem prejuízo do disposto no artigo 55.º-A do CCP, não podem ser concorrentes ou integrar qualquer agrupamento, as entidades que se encontrem em alguma das situações previstas no artigo 55.º do CCP.

#### **Cláusula 8.<sup>a</sup>**

##### **Agrupamentos**

1. A proposta pode ser apresentada por um agrupamento de concorrentes, constituído por pessoas singulares ou coletivas, nos termos do disposto no artigo 54.º do CCP.
2. Ainda que entre os membros do agrupamento concorrente não exista, à data da apresentação da proposta, qualquer modalidade jurídica de associação, todos são solidariamente responsáveis, perante a entidade adjudicante, pela manutenção da proposta.
3. Os membros de um agrupamento concorrente não podem ser, simultaneamente, concorrentes no presente procedimento nem integrar outro agrupamento concorrente.
4. Em caso de adjudicação, todos os membros do agrupamento concorrente, e apenas estes, devem associar-se, antes da celebração do contrato, em consórcio externo, em regime de responsabilidade solidária, atribuindo ao chefe de consórcio, mediante procuração, os poderes de representação a que se refere o n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 231/81, de 28 de julho.

**Cláusula 9.<sup>a</sup>**

**Proposta e documentos**

1. A proposta, considerada como tal a declaração negocial pela qual o concorrente manifesta a sua vontade de contratar e o modo pelo qual se dispõe a fazê-lo, deve ser constituída pelos seguintes documentos:

- a) Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP), conforme o disposto no n.º 6 do artigo 57.º do CCP, e de acordo com o Regulamento de Execução (UE) 2016/7 da Comissão, de 5 de janeiro de 2016, e que se encontra disponível em <https://espd.uzp.gov.pl/filter?lang=pt>, devendo ser selecionadas as seguintes opções:
  - i) “Sou um operador económico”;
  - ii) “Importar um DEUCP”;
  - iii) “Carregar documento” – selecionar o ficheiro disponibilizado, com as peças do procedimento, pela entidade adjudicante na plataforma <https://www.acingov.pt>;
  - iv) Selecionar o país do concorrente;
  - v) Preencher os campos solicitados pela entidade adjudicante;
  - vi) No final, selecionar a opção “Imprimir/Descarregar” o documento, em formato PDF, devendo o mesmo ser assinado, com assinatura eletrónica qualificada, e enviado juntamente com os documentos da proposta.

Para apoio, recomenda-se a leitura do guia de utilização que consta do documento “DEUCP eletrónico – FAQ”, acessível na versão em língua portuguesa em [https://www.impic.pt/impic/assets/misc/pdf/FAQ\\_DEUCP.pdf](https://www.impic.pt/impic/assets/misc/pdf/FAQ_DEUCP.pdf).

- b) Documentos que contenham os atributos da proposta, nomeadamente, a Proposta contratual, que deve obedecer ao disposto no n.º 1 do artigo 58.º e nos artigos 62.º e 66.º do CCP, e elaborada em conformidade com o modelo constante do Anexo II a este programa de procedimento (Minuta da proposta), do qual faz parte integrante;
- c) Documentos que contenham os termos ou condições, relativos a aspetos de execução do contrato não submetidos à concorrência pelo caderno de encargos, a que se pretende que o concorrente se vincule, sob pena de exclusão:
  - I. Documentos comprovativos da detenção e implementação das seguintes certificações:
    - i) ISO/IEC 27001:2022 (Implementação de Sistemas de Gestão de Segurança)
    - ii) ISO 20000-1:2018 (Gestão de serviços de tecnologias da informação)
    - iii) ISO 9001:2015 (Gestão da Qualidade).
  - II. Documentos comprovativos de que o gestor coordenador da operação do serviço SOC disponha, entre outras, das seguintes certificações:
    - i) CISM – Certified Information Security Manager
    - ii) CCSA - Certified Cybersecurity Analyst
    - iii) CISO - Certified Information Security Officer
    - iv) CC - Certified in Cybersecurity ISC2
    - v) ISO 27001:2022 Lead Auditor
    - vi) ISO 27005 Information Security Risk Management
    - vii) ISO 27032 Cybersecurity Foundation
    - viii) ISO 27037 Computer Forensics Foundation
    - ix) ISO 37301 Compliance Management
    - x) ISO 38500 IT Governance.
  - III. Documentos comprovativos de que os quadros técnicos a afetar à prestação detêm, entre outras, as seguintes certificações:
    - i) Certificação PMP (Project Management Professional)
    - ii) Certificação ITIL Foundation
    - iii) Certificação ITIL Practitioner
    - iv) Certificação ITIL Foundation in IT Service Management
    - v) ITIL 4 Strategist Direct, Plan and Improve Certificate (DPI)
    - vi) ITIL 4 Specialist Create, Deliver and Support Certificate (CDS)
    - vii) ISO/IEC 27001 Lead Auditor



- viii) ISO/IEC 27001 Lead Implementer
- ix) CEH - Certified Ethical Hacker
- x) CISSP - Certified Information Systems Security Professional
- xi) CISA - Certified Information System Auditor
- xii) CompTia Security+
- xiii) CompTia CySA+
- xiv) PCNSE - Palo Alto Networks Security Engineer
- xv) PCNSA - Palo Alto Networks Security Administrator
- xvi) NSE 7 – Fortinet Network Security Architect
- xvii) Certificação Blue Team Level 1 (BTL1)
- xviii) ISC2 - Certified in Cybersecurity
- xix) Cisco Certified Specialist - Security Core
- xx) CCNP - Cisco Certified Network Professional Security.

2. O concorrente deverá ainda fazer a entrega dos seguintes documentos:

- a) Cronograma de execução contendo o planeamento das fases do contrato, nomeadamente, as tarefas e atividades do projeto;
- b) Cronograma financeiro, dando cumprimento ao n.º 1 da cláusula 6.ª do Caderno de Encargos, nomeadamente, no que se refere aos pagamentos mensais;
- c) Declaração sob compromisso de honra que serão fornecidos todos os elementos para a elaboração do Plano de Segurança obrigatório pela Lei n.º 65/2021, de 30 de julho, até 60 dias após a outorga do contrato;
- d) Declaração de compromisso de honra em que garanta o tempo de mitigação e resolução de eventos de segurança classificados de nível 1 – Crítico e de nível 2- Alto;
- e) Declaração de compromisso de honra em como dará suporte e formação (mínima 3x7h para 5 formandos) referente às componentes de *reporting* e portal SOC;
- f) Declaração sob compromisso de honra em como a solução se encontra alojada em espaço europeu;
- g) Fichas técnicas do(s) fabricante(s) que atestem as funcionalidades das soluções propostas a fornecer de acordo com as Cláusulas 25.ª e 27.ª do Caderno de Encargos.

3. O preço da proposta é expresso em euros, por extenso e algarismos, e não inclui o IVA, devendo o concorrente indicar a taxa legal aplicável, sendo que, em caso de divergência, prevalece o preço indicado por extenso.

4. Sempre que na proposta sejam indicados vários preços, em caso de qualquer divergência entre eles, prevalecem sempre, para todos os efeitos, os preços parciais, unitários ou não, mais decompostos.

5. Os documentos referidos no n.º 1 devem ser assinados pelo concorrente ou por representante(s) que tenha(m) poderes para o(s) obrigar, de acordo com o n.º 4 do artigo 57.º do CCP, devidamente conjugado com o artigo 54.º da Lei n.º 96/2015.

6. Se aplicável, no caso de agrupamento de concorrentes, os documentos referidos no n.º 1 devem ser assinados pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser também apresentados os instrumentos de mandato, emitidos por cada uma das entidades que o compõem ou, não existindo representante comum, deve ser assinada por cada um dos membros do agrupamento ou respetivos representantes.

7. Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa ou, no caso de tal não ser possível, acompanhado da devida tradução legalizada.

8. Em função da especificidade técnica das prestações objeto do contrato a celebrar, é admitido que documentos referentes a catálogos ou documentação técnica original sejam redigidos em língua inglesa.

**Cláusula 10.ª**

**Propostas variantes**

Não é admitida a apresentação de propostas variantes, nem a alteração e/ou derrogação de condições imperativas do caderno de encargos.

**Cláusula 11.ª**

**Modo de apresentação da proposta**

1. As propostas e os documentos que as constituem são apresentados através da plataforma eletrónica ACINGOV, até ao termo do prazo fixado no presente programa de procedimento.
2. As propostas devem ser assinadas e submetidas na plataforma eletrónica com recurso a certificados qualificados de assinatura eletrónica dos concorrentes ou dos seus representantes legais, nos termos do disposto no artigo 54.º da Lei n.º 96/2015.
3. Nos documentos eletrónicos com ficheiros compactados em formato zip ou equivalente, a aposição de uma assinatura eletrónica qualificada deve ocorrer em cada um dos documentos eletrónicos que os constituem, assegurando-lhes, nos termos da lei, a força probatória de documento particular assinado, sob pena de causa de exclusão da proposta, de acordo com as disposições conjugadas dos artigos 146.º e 57.º do CCP, caso não procedam ao suprimento das irregularidades formais, no prazo estipulado pelo júri, nos termos do disposto no n.º 3 da Cláusula 18.ª deste Programa do procedimento, conjugado com a alínea c) do n.º 3 do artigo 72.º do CCP.
4. Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve a entidade interessada submeter na plataforma eletrónica um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e a assinatura do assinante.
5. Para efeitos de aferição dos poderes de representação que não resultem do certificado de assinatura eletrónica qualificada, os concorrentes inscritos em conservatória do registo comercial devem apresentar a certidão do registo comercial. A entrega do código de acesso à certidão permanente equivale, para todos os efeitos, à entrega de uma certidão do registo comercial.
6. Nos termos do disposto nos artigos 68.º a 70.º da Lei n.º 96/2015, cabe ao concorrente codificar a proposta, apresentando a sua identificação, bem como preencher o formulário principal.
7. Quando algum documento se encontre disponível na internet, o concorrente pode, em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar à entidade adjudicante o endereço do site onde aquele pode ser consultado, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos site e documento dele constante estejam redigidos em língua portuguesa.
8. Em caso de dúvida fundada sobre o conteúdo ou autenticidade dos documentos que constituem a proposta, apresentados diretamente na plataforma ACINGOV, pode a entidade adjudicante exigir ao concorrente a apresentação dos originais de quaisquer documentos cuja reprodução tenha sido apresentada.

**Cláusula 12.ª**

**Prazo para apresentação de propostas**

1. A proposta e os documentos que a acompanham devem ser apresentados, diretamente pelo concorrente ou seu representante, através da plataforma eletrónica ACINGOV, até às 17h00 do 30.º (trigésimo) dia a contar da data do envio do anúncio ao Serviço das Publicações Oficiais da União Europeia e do Diário da República.
2. A retirada da proposta não prejudica o direito de apresentação de nova proposta dentro do prazo fixado.
3. Quando, pela sua natureza, qualquer documento dos que constituem a proposta não possa ser apresentado nos termos do disposto no n.º 1, a sua apresentação deverá ser efetuada de acordo com o estipulado no n.º 5 do artigo 62.º do CCP.



**Cláusula 13.ª**

**Abertura de propostas**

1. O Júri, no dia útil imediato ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, procede à publicitação da lista de concorrentes na plataforma eletrónica ACINGOV.
2. Mediante a atribuição de um *nome de utilizador* e de uma palavra-passe aos concorrentes incluídos na lista, é facultada a consulta, diretamente na plataforma eletrónica, de todas as propostas apresentadas.
3. O interessado que não tenha sido incluído na lista dos concorrentes pode reclamar desse facto, no prazo de 3 (três) dias contados da publicitação da lista, devendo, para o efeito, apresentar comprovativo da tempestiva apresentação da sua proposta.
4. Caso a reclamação prevista no número anterior seja deferida, mas não se encontre a proposta do reclamante, o júri do procedimento fixa-lhe um prazo para a apresentar, sendo aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto nos n.ºs 1 e 2 do presente Cláusula.

**Cláusula 14.ª**

**Prazo da obrigação de manutenção da proposta**

Os concorrentes são obrigados a manter as suas propostas pelo prazo de 66 (sessenta e seis) dias, contados da data do termo fixado para a apresentação das propostas.

**Cláusula 15.ª**

**Leilão eletrónico e negociação das propostas apresentadas**

No presente procedimento não há lugar a leilão eletrónico nem a negociação das propostas.

**Cláusula 16.ª**

**Critério de adjudicação**

1. A adjudicação será efetuada de acordo com o critério da proposta economicamente mais vantajosa para a entidade adjudicante, na modalidade monofator, enquanto único aspeto da execução do contrato a celebrar, designadamente o preço, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 74.º do CCP.
2. A proposta considerada economicamente mais vantajosa será aquela que apresentar preço mais baixo.
3. Se por via da aplicação do critério definido no número anterior se verificar igualdade entre duas ou mais propostas, a ordenação das mesmas será efetuada na sequência de sorteio presencial, nos termos e na data, hora e local a definir pelo júri, os quais serão transmitidos aos concorrentes mediante notificação através da plataforma eletrónica.

**Cláusula 17.ª**

**Preço anormalmente baixo**

Para a presente prestação de serviços não é fixado o preço ou custo anormalmente baixo, sendo aplicável o disposto no artigo 71.º do CCP.

**Cláusula 18.ª**

**Esclarecimentos e suprimentos das propostas**

1. O júri do procedimento pode pedir aos concorrentes os esclarecimentos sobre as propostas considerados necessários para efeitos de análise e avaliação das mesmas.
2. Os esclarecimentos prestados pelos concorrentes fazem parte integrante das respetivas propostas, desde que não contrariem os elementos constantes dos documentos que as constituem, não alterem ou completem os respetivos atributos, nem visem suprir omissões que determinam a sua exclusão nos termos do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 70.º do CCP.
3. O júri deve solicitar aos concorrentes que, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, procedam ao suprimento de irregularidades formais das suas propostas que careçam de ser supridas, desde que tal suprimento não seja suscetível de modificar o respetivo conteúdo e não despreze os princípios da igualdade de tratamento e da concorrência, incluindo, designadamente:
  - a) A não apresentação ou a incorreta apresentação de documentos que se limitem a comprovar factos ou qualidades anteriores à data de apresentação da candidatura ou da proposta, incluindo as declarações dos anexos I e V ao CCP, ou o Documento Europeu Único de Contratação Pública;
  - b) A não junção de tradução em língua portuguesa de documentos apresentados em língua estrangeira;
  - c) A falta ou insuficiência da assinatura, incluindo a assinatura eletrónica, de quaisquer documentos que constituam a candidatura ou a proposta, as quais podem ser supridas através da junção de declaração de ratificação devidamente assinada e limitada aos documentos já submetidos.
4. O não suprimento pelo concorrente das irregularidades das propostas, referidas no número anterior, no prazo fixado para o efeito constitui contraordenação grave punível com coima, nos termos do disposto na alínea e) do artigo 457.º do CCP.
5. O júri procede à retificação oficiosa de erros de escrita ou de cálculo contidos nas propostas, desde que seja evidente para qualquer destinatário a existência do erro e os termos em que o mesmo deve ser corrigido.
6. Os pedidos do júri indicados nesta Cláusula e as respetivas respostas serão disponibilizados na plataforma eletrónica ACINGOV, devendo todos os concorrentes ser imediatamente notificados desse facto.

**Cláusula 19.ª**

**Análise e avaliação das propostas, relatório preliminar, audiência prévia e relatório final**

1. Após a análise das propostas e a sua avaliação em função do critério de adjudicação definido no presente programa de procedimento, o júri elabora fundamentadamente um relatório preliminar, no qual deve propor a respetiva ordenação para efeitos de adjudicação.
2. No relatório preliminar o júri deve também propor e fundamentar, se for o caso, a exclusão de qualquer proposta que preencha a previsão do n.º 2 ou do n.º 3 do artigo 146.º, bem como qualquer das causas de exclusão previstas no presente programa de procedimento ao abrigo do disposto no n.º 4 do artigo 132.º, todos do CCP.
3. Caso todas as propostas sejam excluídas, o órgão competente para a decisão de contratar pode, excecionalmente e por motivos de interesse público devidamente fundamentados, adjudicar aquela que, de entre as propostas que apenas tenham sido excluídas com fundamento na alínea d) do n.º 2 do artigo 70.º do CCP, e cujo preço não exceda em mais de 20% o montante do preço base, seja ordenada em primeiro lugar, de acordo com o critério de adjudicação, desde que estejam reunidos todos os pressupostos constantes do n.º 6 daquele mesmo artigo.
4. Do relatório preliminar deve ainda constar referência aos esclarecimentos prestados pelos concorrentes, nos termos do disposto no artigo 72.º do CCP.

5. O relatório preliminar é submetido a audiência prévia dos concorrentes por meio da plataforma eletrónica ACINGOV, para se pronunciarem no prazo de 5 (cinco) dias úteis.
6. A audiência prévia dos concorrentes encontra-se dispensada quando tenha sido apresentada uma única proposta, aplicando-se, nesse caso, o disposto no artigo 125.º do CCP.
7. Exercido o direito de audiência prévia referido no ponto anterior, ou decorrido o respetivo prazo sem que qualquer dos concorrentes se haja pronunciado, o júri elabora relatório final fundamentado no qual pondera as observações formuladas pelos concorrentes, caso existam, mantendo ou modificando o teor e as conclusões do relatório preliminar, podendo ainda propor a exclusão de qualquer proposta se verificar, nesta fase, a ocorrência de qualquer dos motivos previsto no n.º 2 do presente Cláusula.
8. No caso previsto na parte final do número anterior, bem como quando do relatório final resulte uma alteração da ordenação das propostas constante do relatório preliminar, o júri procede a nova audiência prévia, sendo subseqüentemente aplicável o disposto no número anterior.

#### **Cláusula 20.ª**

##### **Adjudicação**

1. Cumpridas as formalidades previstas nos Cláusulas anteriores, cabe ao órgão competente para a decisão de contratar decidir sobre a aprovação de todas as propostas contidas no relatório final, nomeadamente para efeitos de adjudicação.
2. A decisão de adjudicação é comunicada simultaneamente a todos os concorrentes, acompanhada do relatório final de avaliação das propostas.
3. Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, o órgão competente para a decisão de contratar notifica o adjudicatário para apresentar os documentos de habilitação referidos no Cláusula seguinte e para, no mesmo prazo, prestar caução nos termos do disposto nos artigos 88.º a 91.º do CCP, indicando expressamente o seu valor.
4. O adjudicatário será ainda notificado, em simultâneo, para se pronunciar sobre a minuta do contrato.

#### **Cláusula 21.ª**

##### **Documentos de habilitação e modo de apresentação**

1. O adjudicatário deve apresentar, através da plataforma eletrónica ACINGOV, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da notificação da decisão de adjudicação, a reprodução dos documentos de habilitação referidos nas alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP, sem prejuízo da possibilidade conferida no n.º 10 do mesmo artigo, caso o adjudicatário se encontre registado no Portal Nacional de Fornecedores do Estado.
2. A declaração referida na alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP deve ser emitida conforme modelo constante do Anexo III ao presente programa de procedimento, do qual faz parte integrante.
3. Com os documentos de habilitação, o adjudicatário deve, ainda, caso se trate de uma sociedade comercial, apresentar o comprovativo de registo de beneficiário efetivo, nos termos e para os efeitos previstos nos artigos 36.º e 37.º do Regime Jurídico do Registo Central do Beneficiário Efetivo (RCBE), aprovado pela Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto, na sua redação atual.
4. O órgão competente para a decisão de contratar poderá solicitar ao adjudicatário, ainda que tal não conste deste programa de procedimento, a apresentação de quaisquer documentos comprovativos da titularidade das habilitações legalmente exigidas para a execução das prestações objeto do contrato a celebrar, caso em que será, nos termos do n.º 8 do artigo 81.º do CCP, fixado prazo para o efeito.
5. Todos os documentos de habilitação devem ser redigidos em língua portuguesa, sendo que, quando os mesmos, pela sua própria natureza ou origem, estiverem redigidos numa outra língua, deve o adjudicatário fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada, sendo admissível a suficiência da redação dos documentos, sem necessidade de tradução, que sejam apresentados em

língua espanhola, francesa ou inglesa, de acordo com a parte final da alínea c) do n.º 1 do artigo 86.º do CCP.

6. Quando os documentos de habilitação, ou alguns deles, se encontrem disponíveis na *internet* o adjudicatário pode, em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar o endereço do sítio onde os documentos podem ser consultados, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos sítio e documentos deles constantes estejam redigidos em língua portuguesa, ou eventualmente em língua espanhola, francesa ou inglesa, como previsto no número anterior.

7. Se o adjudicatário for um agrupamento de pessoas singulares ou coletivas, os documentos de habilitação devem, nos termos do artigo 6.º da Portaria n.º 372/2017, de 14 de dezembro, ser apresentados por todos os seus membros.

8. O órgão competente para a decisão de contratar pode sempre exigir ao adjudicatário, em prazo que fixar para o efeito, a apresentação dos originais de qualquer documento cuja reprodução tenha sido apresentada, em caso de dúvida fundada sobre o conteúdo ou a autenticidade destes.

9. O prazo fixado para a apresentação dos documentos de habilitação pode ser prorrogado, por uma única vez, por solicitação do adjudicatário, formulada ao órgão competente para a decisão de contratar, por um período não superior a cinco dias.

10. Sempre que se verifique um facto que possa levar à caducidade da adjudicação, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 86.º do CCP, o adjudicatário será notificado para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis se pronuncie, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia.

11. Para efeitos da alínea g) do n.º 1 do artigo 132.º do CCP, o adjudicatário dispõe de um prazo de 2 (dois) dias úteis para a supressão de irregularidades detetadas nos documentos apresentados que possam levar à caducidade da adjudicação, nos termos do disposto no artigo 86.º do CCP.

12. O órgão competente para a decisão de contratar notifica, em simultâneo, todos os concorrentes da apresentação dos documentos de habilitação pelo adjudicatário, indicando o dia em que ocorreu essa apresentação, os quais serão disponibilizados, para consulta de todos os concorrentes, na plataforma eletrónica ACINGOV.

13. Juntamente com os documentos de habilitação, e caso seja aplicável, o adjudicatário deverá, ainda, apresentar cópia do contrato de consórcio, bem como quaisquer outros documentos que se revelem necessários, comprovativos da associação dos membros do agrupamento adjudicatário.

14. No caso previsto no número anterior, o contrato de consórcio deve indicar a empresa que exercerá as funções de líder de consórcio, devendo ser-lhe conferidos, no mesmo ato e por procuração, os poderes a que se referem as alíneas do n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 231/81, de 28 de julho, e ainda os poderes especiais para receber das entidades adjudicantes, e delas dar quitação, quaisquer quantias que devam ser pagas às consorciadas em execução do contrato.

## **Cláusula 22.ª**

### **Caução**

1. É exigida ao adjudicatário, nos termos do n.º 1 do artigo 88.º do CCP, a prestação de uma caução destinada a garantir a celebração do contrato, bem como o exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais que assume com essa celebração.

2. O valor da caução mencionada no ponto anterior, independentemente do preço ser normal ou anormalmente baixo, é de 5% do preço contratual.

3. O adjudicatário deve prestar a caução no prazo de 10 (dez) dias a contar da respetiva notificação, devendo comprovar essa prestação junto da entidade adjudicante no dia imediatamente subsequente.

4. A caução é prestada por depósito em dinheiro ou em títulos emitidos ou garantidos pelo Estado, ou mediante garantia bancária ou seguro-caução, nos termos definidos no artigo 90.º do CCP, devendo ser adotado, para o efeito, um dos modelos do Anexo IV.

**Cláusula 23.ª**

**Minuta e outorga do contrato**

1. Sem prejuízo do disposto no artigo 95.º do CCP, a minuta de contrato é aprovada pelo órgão competente para a decisão de contratar em simultâneo com a decisão de adjudicação e é notificada ao adjudicatário também em simultâneo com a decisão de adjudicação.
2. A minuta do contrato considera-se aceite pelo adjudicatário quando haja aceitação expressa, ou quando não haja reclamação, nos termos do artigo 101.º do CCP, nos 5 (cinco) dias subsequentes à respetiva notificação.
3. O contrato deverá ser reduzido a escrito através da elaboração de um clausulado em suporte informático com a aposição de assinaturas eletrónicas.
4. A outorga do contrato deverá ter lugar no prazo de 30 (trinta) dias, após a aceitação da minuta pelo adjudicatário ou da decisão da reclamação, sem prejuízo do disposto no artigo 104.º do CCP.
5. O órgão competente para a decisão de contratar comunica ao adjudicatário, com a antecedência mínima de 3 (três) dias úteis, a data, a hora e o meio eletrónico através do qual ocorrerá a outorga do contrato.

**Cláusula 24.ª**

**Despesas e encargos**

Todas as despesas e encargos inerentes à elaboração e apresentação de propostas, bem como todas as que estiverem relacionadas com a celebração do contrato, incluindo as relativas à prestação da caução, se devida, constituem responsabilidade dos concorrentes ou do adjudicatário, conforme o caso.

**Cláusula 25.ª**

**Informação sobre proteção de dados pessoais**

1. Nos termos do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, designado por Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD), a Entidade Adjudicante é a responsável pelo tratamento dos dados pessoais no âmbito do presente procedimento pré-contratual, relativamente aos dados referidos no número seguinte.
2. Os dados pessoais contidos nas propostas, nos documentos que as acompanhem e, bem assim, nas respostas aos pedidos de esclarecimentos, pronúncias e documentos de habilitação, entre outros não expressamente previstos nesta Cláusula, apresentados ao abrigo do presente procedimento, cuja obrigação decorre diretamente do Código dos Contratos Públicos, serão tratados nos termos permitidos por lei e no âmbito de finalidades relacionadas com a tramitação do procedimento, sendo a Entidade Adjudicante alheia ao tratamento que lhes é dado pelos restantes operadores económicos participantes.
3. A Entidade Adjudicante poderá transmitir os dados pessoais a que se refere a presente Cláusula aos seus colaboradores, prestadores de serviços e subcontratantes para o cumprimento das finalidades acima referidas e, bem assim, a autoridades judiciais, fiscais, regulatórias ou outras para o cumprimento de imposições legais ou regulamentares.
4. Todos os dados pessoais constantes da proposta apresentada são exatos e atualizados e, quando detidos por titulares de dados pessoais diversos da entidade subscritora da proposta, considera-se que esta entidade se encontra legitimada a transmiti-los à Entidade Adjudicante, nos termos previstos no RGPD.
5. De acordo com a Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas, os dados pessoais são conservados pelo prazo de 10 anos, contados a partir o encerramento do procedimento pré-contratual, salvo se, sendo necessários para comprovar o cumprimento de obrigações contratuais ou de outra



natureza, conforme estabelece o n.º 3 do artigo 21.º da Lei n.º 58/2019, de 08 de agosto, enquanto não decorrer o prazo de prescrição dos direitos correspondentes.

6. Os titulares têm os seguintes direitos sobre os dados pessoais que lhes digam respeito:

- a) A exercer perante a Entidade Adjudicante: direito de informação; direito de acesso; direito de retificação dos dados inexatos; direito ao apagamento; direito à limitação do tratamento; direito de portabilidade dos dados; direito de oposição ao tratamento; direito a não ficar sujeito a decisões exclusivamente automatizadas, incluindo a definição de perfis; nas situações de consentimento, direito de retirar consentimento em qualquer altura, sem comprometer a licitude do tratamento efetuado com base no consentimento previamente dado;
- b) A exercer perante o Encarregado de Proteção de Dados: direito de apresentar exposições;
- c) A exercer perante a autoridade de controlo, nomeadamente, Comissão Nacional de Proteção de Dados: direito de apresentar reclamação;
- d) A exercer perante as instâncias jurisdicionais competentes: direito a ação judicial e a indemnização no caso de violação dos seus direitos.

#### **Cláusula 26.ª**

##### **Impugnações administrativas**

As impugnações administrativas das decisões relativas à formação dos contratos regem-se pelo disposto no Título VII da Parte II do CCP e, subsidiariamente, pelo disposto no Código do Procedimento Administrativo, e devem ser apresentadas através da plataforma eletrónica ACINGOV.

#### **Cláusula 27.ª**

##### **Notificações e comunicações**

Todas as notificações e comunicações entre a Entidade Adjudicante e o(s) interessado(s), na fase de formação do contrato, serão efetuadas através da plataforma eletrónica, nos termos dos artigos 467.º a 469.º do CCP.

#### **Cláusula 28.ª**

##### **Prevalência**

Nos termos do previsto no n.º 4 do artigo 40.º do CCP, as indicações constantes do presente programa de concurso prevalecem sobre as indicações do anúncio em caso de divergência, e de acordo com o estabelecido no artigo 51.º do mesmo Código, as normas constantes do CCP relativas às fases de formação e de execução do contrato prevalecem sobre quaisquer disposições das peças do procedimento com elas desconformes.

#### **Cláusula 29.ª**

##### **Possibilidade de ajuste direto**

A Entidade Adjudicante pode recorrer ao ajuste direto para contratação de serviços similares, desde que os mesmos estejam em conformidade com o disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 27.º do CCP.

#### **Cláusula 30.ª**

##### **Legislação aplicável**

Em tudo o que não se encontre especialmente regulado no presente programa de procedimento, aplicar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos e demais legislação aplicável.



## ANEXO I

### Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º do Código dos Contratos Públicos]

1 — ..... (*nome, número de documento de identificação e morada*), na qualidade de representante legal de <sup>(1)</sup> ..... (*firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes*), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de ..... (*designação ou referência ao procedimento em causa*), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada <sup>(2)</sup> se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 — Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo <sup>(3)</sup>:

a) .....

b) .....

3 — Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 — Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 — Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7 — O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ... [assinatura <sup>(4)</sup>].

(RETIRAR AQUANDO DO PREENCHIMENTO)

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 57.º do CCP.

(4) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º do CCP.



**ANEXO II**

**Minuta da Proposta**

..... (nome, número de documento de identificação e morada),  
na qualidade de representante legal de ..... (firma, número de  
identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação  
fiscal e sedes), depois de ter tomado conhecimento do objeto do Procedimento por Concurso Público  
Internacional para “**Aquisição de Serviços de Implementação de Solução de Segurança para  
Endpoint**”, a que se refere o Anúncio publicado no Diário da República e/ou Jornal Oficial da União  
Europeia com a referência n.º ....., e datado de ....., obriga-se a executar o contrato  
em conformidade com o constante do presente programa de procedimento, respetivo caderno de  
encargos e demais anexos, nos seguintes termos e condições:

Preço Contratual da Proposta (Total) de: .....€ (.....) (numerário e por extenso);

À quantia supra acresce, se aplicável, o Imposto sobre o Valor Acrescentado, à taxa legal em vigor de  
.... %.

Mais declara que renúncia a qualquer foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução  
do respetivo contrato, ao que se achar prescrito na legislação portuguesa em vigor e aceita como  
competente, para dirimir qualquer conflito relacionado com a execução de tal contrato, o Juízo de  
contratos públicos do Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto, de acordo com o n.º 2 do artigo 8.º do  
Decreto-Lei n.º 174/2019, de 13 de dezembro, com expressa renúncia qualquer outro.

... (local), ... (data), ... [assinatura].

### **ANEXO III**

#### **Modelo de declaração**

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos]

1 - ..... (*nome, número de documento de identificação e morada*), na qualidade de representante legal de <sup>(1)</sup>..... (*firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes*), adjudicatário(a) no procedimento de ..... (*designação ou referência ao procedimento em causa*), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada <sup>(2)</sup> não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

2 - O declarante junta em anexo [ou indica ... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados <sup>(3)</sup>] os documentos comprovativos de que a sua representada <sup>(4)</sup> não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ... [assinatura <sup>(5)</sup>].

(RETIRAR AQUANDO DO PREENCHIMENTO)

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as indicações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º do CCP.

**ANEXO IV**

**Modelos de Prestação da Caução**

**MODELO DE GUIA DE DEPÓSITO BANCÁRIO**

O depósito em dinheiro efetuar-se-á no Banco \_\_\_\_\_, à ordem da \_\_\_\_\_, mediante guia do seguinte modelo:

Guia de depósito                      Euros ... € ...

Vai \_\_\_\_\_ (*nome do adjudicatário*), com sede em \_\_\_\_\_ (*morada*), depositar na \_\_\_\_\_ (*sede, filial, agência ou delegação*) do Banco \_\_\_\_\_ a quantia de \_\_\_\_\_ (*por algarismos e por extenso*) em dinheiro, como caução exigida para o “Concurso público \_\_\_\_\_”, nos termos do Programa do Concurso e do Caderno de Encargos. Este depósito, sem reservas, fica à ordem de \_\_\_\_\_, a quem deve ser remetido o respetivo conhecimento.

*[Data e assinatura do(s) representante(s) legal(ais)]*

**MODELO DE GARANTIA BANCÁRIA**

O Banco \_\_\_\_\_, com sede em \_\_\_\_\_, matriculado na Conservatória do Registo Comercial de \_\_\_\_\_, com o capital social de EUR: \_\_\_\_\_ [*por extenso e por algarismos*], presta a favor de \_\_\_\_\_, uma garantia bancária autónoma irrevogável, à primeira solicitação, no valor de EUR \_\_\_\_\_ (*por extenso e por algarismos*), correspondente a ....% (... por cento), destinada a garantir a boa e integral execução e o cumprimento das obrigações que \_\_\_\_\_ (*empresa adjudicatária*) assume com a adjudicação e no contrato que com ela a \_\_\_\_\_ (*entidade adjudicante*) vai outorgar e que tem por objeto a aquisição de bens/serviços designada: “Concurso público \_\_\_\_\_”, regulado nos termos da legislação aplicável (artigo 88.º e seguintes do Código dos Contratos Públicos).

O Banco obriga-se a pagar e a fazer a entrega incondicional irrevogável, sem quaisquer restrições, daquela quantia à primeira solicitação da \_\_\_\_\_ (*entidade adjudicante*), sem que este tenha de justificar o pedido e sem que o primeiro possa invocar em seu benefício quaisquer meios de defesa relacionados com o contrato atrás identificado ou com o cumprimento das obrigações que \_\_\_\_\_ (*empresa adjudicatária*) assume com a celebração do respetivo contrato.

O Banco deve pagar aquela quantia nos 5 (cinco) dias úteis seguintes ao do pedido, findo o qual, sem que o pagamento seja realizado, contar-se-ão juros moratórios à taxa mais elevada praticada pelo Banco para as operações ativas, sem prejuízo de execução imediata da dívida assumida por este.

Esta garantia manter-se-á em vigor até ser cancelada pela beneficiária, mediante comunicação escrita e enviada para o efeito ao Banco \_\_\_\_\_, informando que cessaram todas as obrigações decorrentes do contrato acima especificado, o que deverá ser feito imediatamente após a extinção daquelas obrigações.

Quaisquer questões referentes a esta garantia serão resolvidas de acordo com a legislação portuguesa, sendo o foro competente o Juízo de contratos públicos do Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto, com renúncia expressa de qualquer outro.

*[Data e assinatura do(s) representante(s) legal(ais)]*



**MODELO DE SEGURO-CAUÇÃO À PRIMEIRA SOLICITAÇÃO**

A companhia de seguros \_\_\_\_\_, com sede em \_\_\_\_\_, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de \_\_\_\_\_, com o capital social de EUR: \_\_\_\_\_ (*por extenso e por algarismos*), presta a favor da \_\_\_\_\_ (*entidade adjudicante*) e ao abrigo de contrato de seguro-caução celebrado com \_\_\_\_\_ (*tomador do seguro*), garantia à primeira solicitação, no valor de EUR: \_\_\_\_\_ (*por extenso e por algarismos*), correspondente a ...% (... por cento), destinada a garantir o bom e integral cumprimento das obrigações que \_\_\_\_\_ (*empresa adjudicatária*) assume com a adjudicação e no contrato que com ela a \_\_\_\_\_ (*entidade adjudicante*) vai outorgar e que tem por objeto a aquisição de serviços designada: "Concurso público \_\_\_\_\_", regulado nos termos da legislação aplicável (artigo 88.º e seguintes do Código dos Contratos Públicos).

A companhia de seguros obriga-se a pagar aquela quantia nos cinco dias úteis seguintes à primeira solicitação da \_\_\_\_\_ (*entidade adjudicante*) sem que esta tenha de justificar o pedido e sem que a primeira possa invocar em seu benefício quaisquer meios de defesa relacionados com o contrato atrás identificado ou com o cumprimento das obrigações que \_\_\_\_\_ (*empresa adjudicatária*) assume com a celebração do respetivo contrato.

A companhia de seguros não pode opor à \_\_\_\_\_ (*entidade adjudicante*) quaisquer exceções relativas ao contrato de seguro-caução celebrado entre esta e o tomador do seguro.

Este seguro manter-se-á em vigor até ser cancelado pela beneficiária, mediante comunicação escrita e enviada para o efeito ao Banco \_\_\_\_\_, informando que cessaram todas as obrigações decorrentes do contrato acima especificado, o que deverá ser feito imediatamente após a extinção daquelas obrigações.

*[Data e assinatura do(s) representante(s) legal(ais)]*